

**PAULO
RANGEL**

**DIREITO
PROCESSUAL
PENAL**

26^a | revista e
edição | atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2018 by
EDITORIA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Leonardo Hermano
- Fechamento desta edição: 14.12.2017
- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Rangel, Paulo

Direito processual penal / Paulo Rangel – 26. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-97-01508-9

1. Processo penal - Brasil. I. Título.

Sumário

Título I – Direito Processual Penal	1
Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i>	3
1.2 Devido processo legal	4
1.3 Verdade processual	7
1.4 Publicidade dos atos processuais	13
1.5 Contraditório	16
1.6 Imparcialidade do juiz	19
1.7 Presunção de inocência.....	23
1.8 Princípio do <i>favor rei</i>	35
1.9 Promotor natural.....	36
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	42
Capítulo II – Sistemas Processuais	47
Noções gerais.....	47
2.1 Sistema inquisitivo	48
2.2 Sistema acusatório	50
2.3 Sistema misto ou acusatório formal	52
2.4 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto.....	56
2.4.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 (<i>vide nova Lei de Falências, nº 11.101/2005</i>)	57

2.4.2	Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951).....	57
2.4.3	Sistema acusatório e a revogada Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995) – A Lei nº 12.850/2013 revogou expressamente a Lei nº 9.034/1995.....	58
2.4.4	Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996)	59
2.4.5	Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	60
Capítulo III – Inquérito Policial		71
	Noções	71
3.1	Conceito	73
3.2	Natureza jurídica.....	79
3.2.1	Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008	81
3.2.2	Diligência investigatória determinada pelo juiz.....	83
3.2.3	Rejeição de parte da denúncia.....	85
3.2.3.1	Conclusão.....	93
3.2.4	Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade	95
3.2.5	Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia.....	98
3.3	Características	100
3.3.1	Inquisitorial	100
3.3.2	Formal.....	101
3.3.3	Sistemático	102
3.3.4	Unidirecional.....	102
3.3.5	Sigiloso	103
3.3.6	Discricionário	106
3.4	Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.....	107
3.5	Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	111
3.6	A Investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nºs 6.368/1976 e 10.409/2002	117
3.7	Inquérito policial na Lei de Falências.....	155
3.7.1	Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial	155
3.8	Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	158
3.9	Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional ...	160
3.9.1	Busca pessoal e fundadas razões.....	161
3.9.2	Condução coercitiva da testemunha no IP	163
3.9.3	Busca e apreensão e consentimento do cônjuge.....	163
3.9.4	Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão <i>dia</i>	165
3.9.5	Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares	166

3.9.6	Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares.....	167
3.9.7	Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008	168
3.10	Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	172
3.11	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional.....	178
3.12	Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado.....	181
3.12.A	Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006.....	187
3.13	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	215
3.14	Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	218
3.14.1	Arquivamento implícito do inquérito policial	225
	Questões controvertidas.....	225
3.15	Desarquivamento do inquérito policial.....	229
Capítulo IV – Ação Penal	237
4.1	Noções gerais.....	237
4.2	Fundamento do direito de ação	238
4.3	Natureza jurídica do direito de ação	239
4.4	Conceito e características do direito de ação	240
4.5	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	241
4.6	Ação penal pública	242
4.6.1	Princípios básicos.....	243
4.6.1.1	Obrigatoriedade – visão constitucional	243
4.6.1.2	Indivisibilidade	251
4.6.1.2.1	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	255
4.6.1.3	Indisponibilidade.....	256
4.6.1.3.1	Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/1995.....	260
4.7	Ação penal de iniciativa privada.....	262
4.7.1	Noções gerais.....	262
4.7.1.A	O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais	271
4.7.2	Princípios básicos.....	279
4.7.2.1	Oportunidade ou conveniência.....	279
4.7.2.2	Disponibilidade	280
4.7.2.2.1	Do perdão	281
4.7.2.2.2	Da preempção	282
4.7.2.3	Indivisibilidade	282
4.7.2.4	Intranscendência.....	288
4.8	Ação penal de iniciativa privada personalíssima	289

4.9	Condições para o regular exercício do direito de ação	291
4.9.1	Legitimidade.....	292
4.9.2	Interesse de agir	294
4.9.3	Possibilidade jurídica	295
4.9.4	Justa causa	297
4.10	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional.....	298
4.10.1	Juizados especiais itinerantes	307
4.11	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995	308
4.12	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	313
4.13	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	321
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal		327
Aditamento no processo penal.....		327
5.1	Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).....	327
5.2	Conceito	329
5.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	329
5.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	331
5.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.....	333
5.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia.....	334
5.7	Conseqüências processuais do aditamento à denúncia	336
Capítulo VI – Jurisdição		349
Noções		349
6.1	Princípios	350
6.1.1	<i>Ne procedat iudex ex officio</i>	350
6.1.2	Indeclinabilidade da jurisdição.....	351
6.1.3	Indelegabilidade da jurisdição	351
6.1.4	Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição.....	351
6.1.5	Juiz natural	352
6.1.6	Unidade da jurisdição	354
6.1.7	<i>Nulla poena sine iudicio</i>	355
6.1.8.	Lei nº 13.491/2017 – Alteração de competência do crime militar.....	355
6.2	Competência	368
6.2.1	Conceito.....	368
6.2.2	Natureza jurídica	368
6.3	A competência na Justiça Federal.....	369
6.4	A competência na Justiça Estadual.....	386

6.4.1	Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida.....	390
6.4.2	Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns.....	391
6.4.3	Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida.....	399
6.4.4	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função.....	401
6.4.5	Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006 ...	411
6.4.6	Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função.....	417
6.4.7	Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	421
6.4.8	Tribunal do Júri e desclassificação.....	445
6.4.9	Conexão e continência e competência recursal.....	450
6.4.10	Conflitos de competência de atribuição – distinção.....	451
6.4.11	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC nº 45/2004.....	457
6.4.12	Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva).....	474
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova.....		479
	Conceito e finalidade ou objetivo da prova.....	479
7.1	Objeto da prova.....	480
7.2	Meios de prova.....	481
7.3	Classificação da prova.....	481
7.3.1	Quanto ao objeto.....	482
7.3.1.1	Direta.....	482
7.3.1.2	Indireta.....	482
7.3.2	Quanto ao sujeito.....	483
7.3.2.1	Prova pessoal.....	484
7.3.2.2	Prova real.....	484
7.3.3	Quanto à forma.....	484
7.3.3.1	Testemunha.....	485
7.3.3.2	Documental.....	485
7.3.3.3	Prova material.....	485
7.4	Natureza jurídica da prova.....	485
7.5	Princípios da prova.....	485
7.5.1	Princípio da comunhão da prova.....	486
7.5.2	Princípio da liberdade da prova.....	486
7.5.3	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	488
7.5.3.1	Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	492
7.5.3.2	Prova ilícita por derivação.....	494

XXXVIII Direito Processual Penal • *Paulo Rangel*

7.5.3.3	A reforma da Lei nº 11.690/2008	502
7.5.3.4	Prova (i)lícita em favor do réu: teorias	505
7.6	Da prova emprestada	511
7.6.1	Conceito	511
7.6.2	Requisitos	511
7.6.3	Questões controvertidas	513
7.6.4	Natureza jurídica da prova emprestada	514
7.7	Indício, presunção e ficção – diferença	515
7.8	Da prova indiciária	519
7.9	Do ônus da prova	521
7.9.1	O ônus da prova e o poder instrutório do juiz	528
7.9.2	Natureza jurídica do ônus da prova	530
7.10	Do procedimento probatório	530
7.11	Sistemas de avaliação das provas	533
7.11.1	Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz	534
7.11.2	Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	536
7.11.3	Sistema da livre convicção ou da persuasão racional	539
7.12	Natureza das normas que tratam das provas	541
Capítulo VIII – Processo e Procedimento		543
Processo: noções gerais e conceito		543
8.1	Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório)	547
8.2	Pressupostos processuais	550
8.3	Procedimento e sua distinção de processo	552
8.4	Formas procedimentais	552
8.4.1	Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade	555
8.4.1.1	Oferecimento da denúncia (D)	556
8.4.1.2	Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP ...	558
8.4.1.2.A	Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397	559
8.4.1.3	Juízo de admissibilidade da acusação	564
8.4.1.3.1	Recebimento fundamentado da denúncia	565
8.4.1.3.2	Citação, intimação e requisição do preso	568
8.4.1.3.3	Princípio da identidade física do juiz no processo penal	569
8.4.1.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400	576
8.4.1.4.1	Prova de acusação (PA)	578
8.4.1.4.2	Prova de defesa (PD)	581

8.4.1.4.3	Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas	581
8.4.1.4.3.1	Esclarecimento dos peritos	581
8.4.1.4.3.2	Assistente técnico na perícia	582
8.4.1.4.3.3	Acareação	584
8.4.1.4.3.4	Reconhecimento de pessoas e coisas	585
8.4.1.4.4	Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP	586
8.4.1.4.4.A	Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009	596
8.4.1.4.5	Diligências (D)	612
8.4.1.4.6	Alegações finais orais (AFO)	612
8.4.1.4.7	Sentença	614
8.4.1.4.7.1	Relatório	615
8.4.1.4.7.2	Motivação ou fundamentação ..	615
8.4.1.4.7.3	Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>)	616
8.4.1.4.7.A	Dever de indenizar no juízo criminal: (in)constitucionalidade	616
8.4.2	Tribunal do Júri	621
8.4.2.A	Introdução histórica	621
8.4.2.B	Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único	649
8.4.2.C	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?	651
8.4.2.D	Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	655
8.4.2.E	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?	660
8.4.2.1	Pronúncia	665
8.4.2.1.1	Natureza jurídica da pronúncia	666
8.4.2.1.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?)	670
8.4.2.1.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	671
8.4.2.1.4	Pronúncia e crimes conexos	672
8.4.2.1.5	Pronúncia e qualificadoras do crime	673
8.4.2.1.6	Pronúncia e seus efeitos	676
8.4.2.2	Impronúncia	678

8.4.2.2.1	Natureza jurídica da impronúncia.....	681
8.4.2.2.2	Prazo	683
8.4.2.2.3	Requisitos da impronúncia	683
8.4.2.2.4	Impronúncia e crimes conexos.....	683
8.4.2.2.5	Impronúncia e efeitos civis	686
8.4.2.3	Despronúncia	687
8.4.2.4	Desclassificação.....	688
8.4.2.4.1	Natureza jurídica da desclassificação	690
8.4.2.4.2	Recurso da decisão desclassificatória.....	691
8.4.2.5	Absolvição sumária	691
8.4.2.5.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	692
8.4.2.5.2	Natureza jurídica da absolvição sumária.....	692
8.4.2.5.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária....	693
8.4.2.5.4	Absolvição sumária e crimes conexos	696
8.4.2.5.5	Absolvição sumária e efeitos civis	698
8.4.2.5.6	Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei nº 11.689/2008	703
8.4.2.5.7	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	706
8.4.2.6	Libelo crime acusatório – revogado pela Lei nº 11.689/2008.....	712
8.4.2.7	Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei nº 11.689/2008	714
8.4.2.8	Quesitação no júri: questionários.....	715
8.4.2.9	Regulamentação dos debates pelo juiz.....	735
8.4.2.10	Uso de algemas em audiência.....	736
8.4.2.11	Dos debates em plenário.....	744
8.4.3	Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	748
8.4.3.1	Denúncia.....	749
8.4.3.2	Defesa prévia	750
8.4.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	751
8.4.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.....	759
8.4.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	761
8.4.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia.....	761
8.4.4	Juizado Especial Criminal.....	772

8.4.5	Estatuto do Idoso – aspectos processuais.....	774
8.4.5.1	Institutos despenalizadores.....	775
8.4.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo	775
8.4.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008	776
8.4.5.4	Quem é idoso para efeito do Estatuto?	778
8.4.5.5	Prescrição.....	779
8.4.5.6	Ação penal pública incondicionada	779
8.4.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005	780
Capítulo IX – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória		785
	Noções	785
9.1	Características	787
9.1.1	Pressupostos.....	791
9.2	Prisão em flagrante	792
9.2.1	Conceito de flagrante delito	793
9.2.2	Do fundamento da prisão em flagrante	794
9.2.3	Espécies de flagrante delito	798
9.2.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada.....	804
9.2.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	806
9.2.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado.....	809
9.2.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado	811
9.2.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	814
9.2.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011.....	816
9.2.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005.....	817
9.2.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública	820
9.2.12	Da audiência de custódia	822
9.3	Prisão preventiva <i>stricto sensu</i>	823
9.3.1	Momento para a decretação da prisão preventiva	826
9.3.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva.....	829
9.3.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	832
9.3.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude.....	847
9.3.5	Princípio da motivação das decisões judiciais	848
9.3.6	Revogação da prisão preventiva.....	849
9.4	Prisão administrativa	850
9.5	Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008	854

XLII Direito Processual Penal • *Paulo Rangel*

9.6	Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008	862
9.7	Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989	867
Capítulo X – Liberdade Provisória na Lei nº 12.403/2011 – Visão Constitucional		879
	Noções gerais	879
10.1	Liberdade provisória com ou sem fiança	880
10.1.1	Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, parágrafo único, do CPP)	881
10.1.2	Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP	884
10.1.3	Liberdade provisória mediante fiança (e, conseqüentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP	886
10.1.4	Finalidade da fiança	887
10.1.5	A autonomia da autoridade policial	888
10.1.6	Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a 4 anos	889
10.1.7	Crime tentado	892
10.1.8	Concurso material de crimes	893
10.1.9	Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena)	893
10.1.10	Quebra da fiança	895
10.2	Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos	898
10.3	Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória	901
10.A	Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais	907
10.A.1	Autonomia das medidas cautelares	910
10.A.2	Legitimidade para requerer a medida cautelar	911
10.A.3	Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório	914
10.A.4	Fungibilidade das medidas cautelares	915
10.A.5	Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC	919
10.A.6	Princípio da proibição do excesso	920
10.A.7	Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social	921
10.A.8	A homogeneidade da medida cautelar	923
10.A.9	A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio	924
10.A.10	Prisão por precatória	924
10.A.11	Princípio da celeridade e da economia processual	925
10.A.12	A prisão e remoção do preso	925
10.A.13	A prisão e a celeridade na captura	926
10.A.14	O preso provisório e a separação do preso definitivo	926
10.A.15	A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva	927
10.A.16	Da prisão preventiva domiciliar	931

10.A.17 Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319	934
10.A.18 Medida cautelar de entrega do passaporte	944
10.A.19 Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321	945
Capítulo XI – Citação	947
Noções gerais e conceito	947
11.1 Natureza jurídica da citação	949
11.2 A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	950
11.2.1 Requisitos da suspensão	951
11.2.2 Limite de tempo da suspensão	952
11.2.3 Incidência da norma	954
11.2.4 Recurso da decisão de suspensão	956
11.2.5 Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal ..	956
11.2.6 Concurso de pessoas e citação por edital	958
11.2.7 Tribunal do Júri e citação por edital	959
11.2.8 Defensor público e citação por edital	959
11.3 Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	960
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	961
Noções gerais e conceito de nulidade	961
12.1 Natureza jurídica da nulidade	964
12.2 Princípios processuais da nulidade	964
12.2.1 Prejuízo	964
12.2.2 Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	967
12.2.3 Interesse	968
12.2.4 Convalidação	969
12.3 Sistemas	969
12.3.1 Certeza legal	969
12.3.2 Instrumentalidade das formas	970
12.3.3 Misto	970
12.4 Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção	971
12.5 O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural	971
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos	973
13.1 Conceito	973
13.2 Fundamento	974
13.3 Natureza jurídica do recurso	975
13.3.1 Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	975

XLIV Direito Processual Penal • *Paulo Rangel*

13.3.2	Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	975
13.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	976
13.4	Princípios gerais dos recursos.....	976
13.4.1	Taxatividade	976
13.4.2	Unirrecorribilidade	977
13.4.3	Fungibilidade.....	977
13.4.4	Voluntariedade	979
13.4.5	Conversão.....	981
13.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	981
13.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta	983
13.7	Efeitos dos recursos	995
13.7.1	Devolutivo.....	995
13.7.2	Suspensivo	1001
13.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos	1004
13.8	Os recursos e o direito intertemporal.....	1006
13.9	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	1009
13.9.1	Conceito.....	1009
13.9.2	Requisitos intrínsecos	1011
13.9.2.1	Legitimidade.....	1011
13.9.2.2	Interesse.....	1019
13.9.3	Sucumbência e interesse.....	1024
13.9.4	Requisitos extrínsecos	1024
13.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal).....	1024
13.9.4.2	Tempestividade.....	1025
13.9.4.3	Regularidade formal.....	1027
13.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)	1028
13.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	1030
13.11	Recursos em espécie (questões relevantes).....	1031
13.11.1	Recurso em sentido estrito	1031
13.11.2	Apelação	1036
13.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007	1049
13.11.3	Protesto por novo júri.....	1051
13.11.4	Embargos infringentes e de nulidade.....	1067
Título II – Das Ações Autônomas de Impugnação		1075
Capítulo I – Do Habeas Corpus.....		1077
1.1	Conceito	1077

1.2	Natureza jurídica.....	1078
1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo	1079
1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i>	1080
1.5	Legitimidade ativa	1082
1.6	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema.....	1084
1.7	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia	1086
1.7.1	Juiz e competência	1086
1.7.2	Promotor de justiça e competência.....	1087
1.7.3	Delegado de polícia e competência	1088
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular.....	1089
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo.....	1092
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	1095
1.11	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição	1096
1.12	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP).....	1097
1.13	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença	1097
1.14	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	1098
1.15	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho	1103
1.16	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer	1106
Capítulo II – Revisão Criminal		1109
	Noções gerais.....	1109
2.1	Conceito	1111
2.2	Natureza jurídica.....	1111
2.3	Objeto.....	1112
2.4	Condições para o regular exercício do direito de agir	1113
2.4.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	1113
2.4.2	<i>Legitimatío ad causam</i>	1114
2.4.3	Interesse processual	1115
2.5	Formas de revisão criminal	1115
2.6	Pressupostos legais.....	1116
2.7	Fundamentos legais da revisão criminal	1116
2.8	Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	1121
2.9	Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal.....	1123
2.10	Efeitos da revisão criminal	1124
2.10.1	Alterar a classificação da infração penal	1125
2.10.2	Absolver o réu.....	1125
2.10.3	Modificar a pena.....	1127

XLVI Direito Processual Penal • *Paulo Rangel*

2.10.4	Anular o processo	1128
2.10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1129
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira	1130
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal		1131
	Objetivos e noções gerais	1131
3.1	Conceito	1132
3.2	Natureza jurídica	1133
3.3	Objeto	1134
3.4	Questões controvertidas	1135
3.4.1	Identificação criminal	1135
3.4.2	Recurso próprio previsto em lei	1136
3.4.3	Prova contra si mesmo	1139
3.4.4	Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente	1141
3.4.5	Direito de sufrágio do preso provisório	1142
3.4.6	Estrangeiro não residente no país	1143
Nota Final do Autor à 1ª Edição		1147
Referências Bibliográficas		1149
Índice Remissivo		1161